

KLEBERSON ALMEIDA  
CAROLINE CARDOSO  
LEONARDO FIGUEIREDO  
MICHELE ESCOURA

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 15 - POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS SOCIAIS: LIMITES E  
POSSIBILIDADES

RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GÊNERO E A FORMAÇÃO DOCENTE DE  
SOCIOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Belém, Pará

2021

## INTRODUÇÃO

A discussão mais contundente sobre gênero e educação se efetivou dentro das políticas públicas já no final do Século XX, que mesmo tendo partido principalmente do direito a igualdade apresentado nos Direitos Humanos, ainda não era o suficiente para sua garantia, visto que as desigualdades ainda se apresentavam de forma latente na sociedade (LEÃO, RIBEIRO, 2012; LIMA, 2016). De sorte, Miguel Arroyo (2010) aponta, que “corrigir as desigualdades educacionais perpassa as justificativas de todas as políticas” (p. 1383), estando assim de acordo com Paulo Lima (2016), que define as políticas educacionais como sendo “um recorte das políticas públicas, estas entendidas como caminho ou curso de ação preferido a outros pelas autoridades constituídas para o enfrentamento de questões ou problemas sociais” (pág. 30).

A Constituição brasileira de 1988, no Art. 3º, aponta que um dos objetivos do país é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No Art. 5º, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Tais direitos assegurados pela carta não garantiram uma igualdade completa, em todos os âmbitos entre os gêneros, de modo que, a diversidade de gênero ainda é, na realidade, traduzida como desigualdade social.

O Plano Nacional de Educação (PNE) define entre suas diretrizes a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. Trabalhos e pesquisas que investiguem a efetivação das políticas educacionais se fazem necessários, visto que há uma complexa desigualdade, discriminação, violência e preconceito entre os gêneros, na sociedade de modo geral e na educação em específico (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Em consonância com isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio também fazem menção explícita a esta questão em seu Art. 16, ao afirmar que “o projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar a valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem

como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas”.

Todavia, para que os objetivos das supracitadas diretrizes sejam alcançados, a discussão perpassa por uma questão fundamental: a formação dos profissionais da educação, sobretudo das/os professoras/es de sociologia. Diante disto, nos atentamos neste trabalho a responder o seguinte questionamento: como os futuros professores de sociologia percebem a presença ou ausência de Políticas Educacionais que abordem questões de gênero e diversidade dentro de sua formação inicial docente na Universidade Federal do Pará?

Partimos de duas hipóteses. A primeira seria a de que as políticas educacionais existentes que se referem à presença de questões referentes a temática de gênero e diversidade tanto na educação básica, quanto no Ensino Superior estão sendo percebidas pelos futuros professores de sociologia da UFPA, subsidiando assim, uma prática docente para a liberdade e igualdade. A segunda consiste no oposto, onde os discentes de Licenciatura de Ciências Sociais da UFPA não percebem a presença destas discussões dentro de sua formação, não se sentindo aptos a desenvolver uma educação para diversidade na educação básica.

Sendo assim, este escrito tem como objetivo analisar como os estudantes do curso de graduação de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará percebem, em sua formação, a preparação para discutir em sala de aula a questão da desigualdade, discriminação e preconceito de gênero que tratam as referidas legislações e diretrizes.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Para tanto, este trabalho parte de uma revisão bibliográfica para fundamentar a discussão sobre diversidade na educação básica. Esta busca, partiu inicialmente sobre o aprofundamento em livros e artigos discutidos dentro da disciplina de Didática no sexto semestre do curso de Ciências Sociais. Em seguida, nos propusemos a fazer uma busca avançada nos títulos de artigos na plataforma do *Google Acadêmico*, utilizando os termos “educação básica” e “gênero”.

Dos textos encontrados nesta pesquisa exploratória, damos destaque aos escritos de Ruth Pavan (2013) e Emerson Santos e Allene Lage (2017) que se unirão a obra “Diferentes,

não desiguais: a questão de gênero na escola” de Beatriz Lins, Bernardo Machado e Michele Escoura (2016), para subsidiar uma discussão mais aprofundada com os resultados iniciais apresentados na primeira etapa da presente pesquisa.

Pavan (2013) analisou a desigualdade e a exclusão social e como o processo educacional contribuía para a desnaturalização e a problematização das relações sociais assimétricas atravessam marcadores de gênero, raça, geração e outros. Essa abordagem crítica colabora para que a desigualdade não seja utilizada como justificativa para essa lógica desigual. Contudo, aderir a uma pedagogia crítica não é, segundo a autora, uma tarefa fácil. A autora explica que a perspectiva liberal/conservadora é pautada na meritocracia, porém na justificativa de uma sociedade hegemônica ideal, ignora a desigualdade econômica e cultural existente fazendo com que a desigualdade social aumente.

Já Santos e Lage (2017) abordam sobre o crescente debate sobre gênero e diversidade sexual dentro do âmbito escolar por vários meios. Apesar disso, segundo eles, o quadro de violência e homofobia no ambiente escolar persiste. Por estar presente nos mais diversos grupos sociais frequentados pelos estudantes, a escola se faz presente como mais um meio de reprodução dessa violência. Diante disso, o autor e a autora buscaram analisar quais os instrumentos disponibilizados no conteúdo programático do componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede estadual de ensino de Pernambuco para tratar sobre a questão de gênero e diversidade sexual.

Tendo íntima relação com estes textos, o livro de Beatriz Lins, Bernardo Machado e Michele Escoura (2016), contribui de forma significativa para aprofundar discussões pertinentes a esta temática, propondo uma reflexão a respeito da inserção deste tema na escola, visto que, deve-se partir de uma capacitação dos profissionais da educação. Para efetivar assim, uma educação emancipadora, não reproduzindo os vícios (preconceitos, discriminação, invisibilização, etc.) ainda presentes no contexto educacional e social. Possibilitando assim, a utilização destes debates, tanto dentro da formação dos professores de sociologia, quanto na efetivação de sua prática docente em sala de aula.

Tendo em vista, esta aproximação do chão da escola, a presente pesquisa quantitativa, já realizada, com aplicação de questionários através da plataforma *google forms* contendo questões abertas e fechadas para estudantes do sétimo e oitavo período do curso de graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, averiguando sua aproximação da temática de gênero em seu processo formativo e sua segurança para desenvolver uma prática docente

para diversidade. Tal instrumento de coleta de dados foi publicado na página oficial do *Instagram* do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, possibilitando a assim um maior alcance do público-alvo da pesquisa, que são os estudantes dos últimos semestres do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Futuramente, a pesquisa contará ainda com uma etapa final, de cunho qualitativo, partindo de entrevistas coletivas com os participantes desta primeira etapa, tendo como metodologia o grupo focal (MINAYO, 2016). No entanto, no presente escrito, nos deteremos somente aos resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa, visto a dificuldade de dinâmicas para desenvolvermos encontros bem próximos do que é apontado por Minayo (2016) de forma remota, esperando que mais adiante, com a vacinação dos participantes, dos pesquisadores e pesquisadora desta primeira etapa da pesquisa, possamos abordar esta metodologia de forma presencial, tomando todas as medidas sanitárias cabíveis.

Como percurso analítico foi adotado o método de análise de conteúdo, preconizado por Laurence Bardin (2011), realizada em três etapas, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira etapa será sistematizado as ideias iniciais, por meio de uma leitura flutuante das falas e apontamentos provenientes dos dados coletados. Na segunda etapa, o material será explorado com a definição de categorias como unidades de compreensão por meio da utilização da técnica da nuvem de palavras, que possibilita a identificação de frequência de termos dentro dos textos, identificando assim os principais temas apontados nas interlocuções. Que subsidiarão, na terceira etapa, a inferência e interpretação dos resultados, por meio de uma análise reflexiva em conjunto com o referencial teórico apresentado anteriormente.

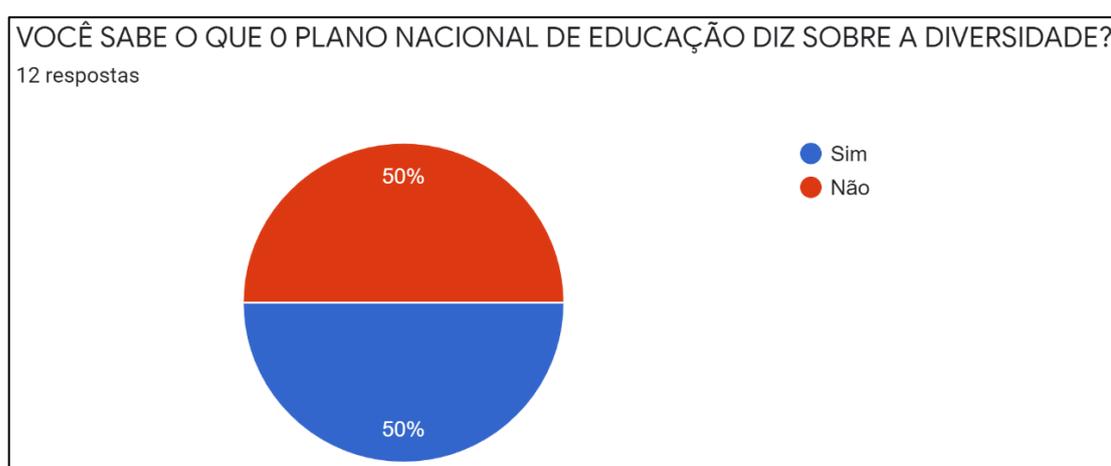
## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A etapa quantitativa desta pesquisa foi realizada com 12 universitários do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Mesmo o número de pessoas que responderam ao questionário não representar expressiva porcentagem entre a totalidade dos estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, visto que o curso possui uma entrada anual de 80 alunos divididos em dois turnos, sendo assim, o número ideal de participantes seria de 160 alunos, levando em consideração os dois últimos semestres do curso, no entanto, diante as reprovações, trancamentos e desistências, este número

cai expressivamente como apontado por Leandro Freitas (2013). Destaco aqui também, que o contexto pandêmico pode justificar o baixo número de respostas ao questionário.

Participaram da pesquisa 12 graduandos do curso de Licenciatura em Ciências sociais, com idade e gênero diversificados. Ao serem questionados sobre o que o PNE fala sobre a diversidade na educação, metade dos interlocutores afirmaram ter desconhecimento sobre o assunto, enquanto as outras metades apresentaram uma resposta positiva, como demonstra no gráfico a seguir.

**Gráfico 1** – Conhecimento ou desconhecimento sobre a temática da diversidade na PNE

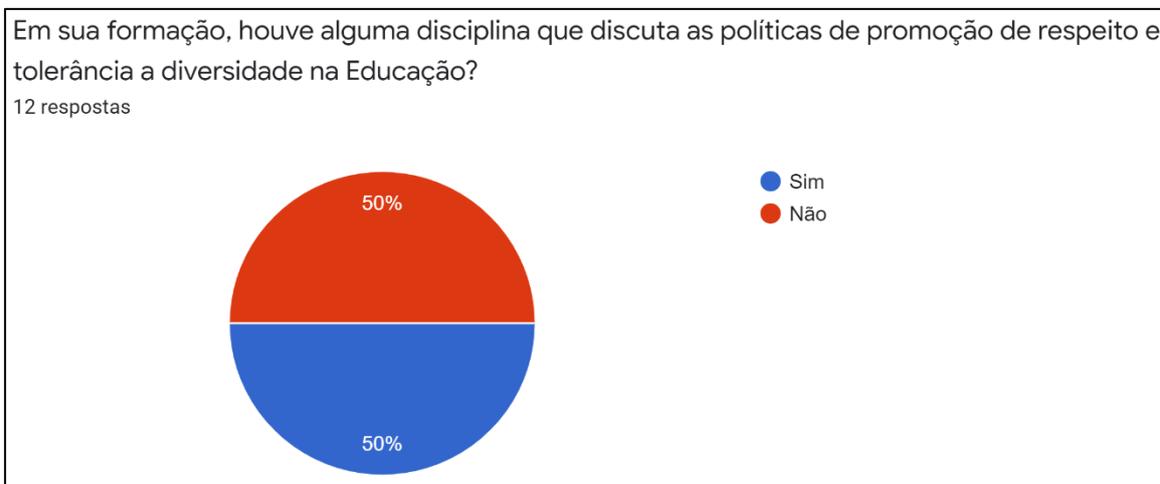


Fonte: Autores, 2021.

Os que responderam “sim” no gráfico acima, por sua vez, destacaram, em suma, que o PNE defende a superação de preconceitos e discriminações de qualquer tipo. É, no entanto, valido destacar que o PNE não se aprofunda nesta temática, dado a intensa e profunda disputa política dos últimos anos, em especial durante a formulação do PNE, o qual setores conservadores conseguiram retirar qualquer referência ao conceito de gênero se atendo a várias outras esferas educacionais.

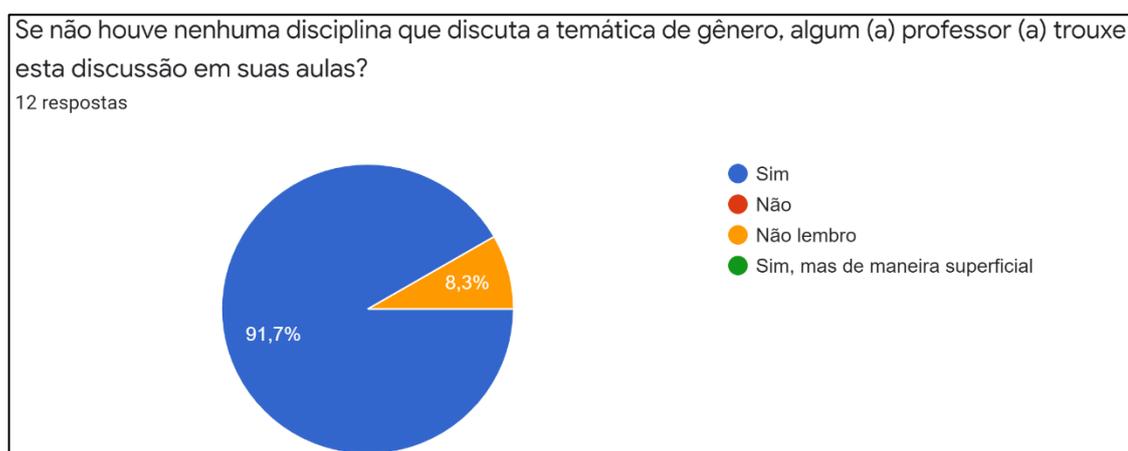
Ao trazer os questionamentos sobre as disciplinas ofertadas durante o curso, houve outro impasse novamente quanto a defesa da existência de uma disciplina que abordasse políticas educacionais voltadas a diversidade de gênero (**Gráfico 2**), no entanto, onze discentes disseram haver discussões desta temática de forma transversal em alguma disciplina, enquanto apenas um estudante afirmou não lembrar (**Gráfico 3**).

**Gráfico 2** – Discussões sobre diversidade dentro da formação inicial da licenciatura de Ciências Sociais.



Fonte: Autores, 2021.

**Gráfico 3** – Apresentação da temática em aula pelos docentes



Fonte: Autores, 2021.

Dentro do processo de formação docente, os futuros professores apontam que as disciplinas mais próximas das áreas de Antropologia e Educação são as que mais abordaram a temática de gênero, tendo nas metodologias adotadas pelos/as professores/as meios de reflexão sobre a atuação docente nas escolas de educação básica, além da importância das participações em programas de iniciação à docência e científica, assim como a participação em grupos sociais e engajamento político, destacado no Quadro 2. Os mesmos acreditam que há a necessidade de disciplinas e uma estrutura sistêmica que apresente o tema de forma eficaz na educação, em todos os níveis de ensino, além da inclusão de textos que fundamentem discussões pertinentes a este tema no curso, assim como o desenvolvimento de pesquisas e a própria prática profissional que propicia o desenvolvimento de saberes e experiências.

Em contrapartida, quando questionados sobre a leitura de textos que se aprofundem nesta temática, duas pessoas responderam não haver, uma afirmou não lembrar e nove responderam que tiveram leituras na referida temática, apresentando uma diversidade de obras bibliográficas e autores/as que abordam a questão, assim como apresentado no gráfico a seguir.

**Gráfico 4** – Leituras de livros e textos que abordam a temática de gênero



Fonte: Autores, 2021.

Aqueles que responderam que tinham ciência de que o PNE aponta para apresentação de questões voltadas a diversidade de gênero na educação básica (**Gráfico 1**), quando questionados, puderam apresentar seus conhecimentos sobre o que já conheciam. Como pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 1** – Falas sobre diversidade de gênero no PNE\*

\*Todos os grifos presentes no quadro são dos autores.

O QUE DIZ O PNE SOBRE A EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE DE GÊNERO?
As diretrizes do PNE orientam para a “superação das <b>desigualdades educacionais</b> ” e para a “promoção dos princípios do respeito aos <b>direitos humanos</b> , à <b>diversidade</b> e à <b>sustentabilidade socioambiental</b> ”. São duas ações distintas: <b>superar desigualdades</b> e <b>promover princípios do respeito à diversidade</b> .
Reforça a <b>promoção da diversidade</b> e a necessidade de erradicar TODAS as formas de <b>discriminação</b> como diretrizes do ensino brasileiro.
A educação deve ser <b>acessível</b> a todos e acabar com a <b>discriminação</b>
É a favor a <b>igualdade de direitos</b>
O texto abrange várias situações de <b>desigualdade</b> e <b>preconceito</b> , onde deve-se buscar a <b>superação da discriminação</b> educacional, racial e de gênero. Que eu lembre, o PNE não tem um foco grande nas diversidades, apenas deseja superar seus problemas.
As diretrizes do PNE dizem que a educação deve promover princípios <b>de superar as desigualdades</b> e respeito à <b>diversidade de gênero</b>

Fonte: Autores, 2021.

**Quadro 2 – Diversidade e gênero no processo formativo dos discentes\***

**COMO SE DEU ESTE PROCESSO EM SUA FORMAÇÃO? FIQUE A VONTADE PARA EXPLICAR COM DETALHES, CITAR DISCIPLINAS, METODOLOGIAS E/OU DESCREVA-LAS.**

**Aulas sobre metodologias e participação em grupos sociais** contribuíram para o processo.

Certo, vou citar as disciplinas: **Seminários Afrobrasileiros, Legislação aplicada às Ciências Sociais e Psicologia da aprendizagem**. Durante minha participação nessas disciplinas pude enxergar de forma muito direta e clara a aplicabilidade delas. As metodologias usadas pelas professoras nos convidavam a pensar em maneiras de aplicar todo conhecimento na **prática pedagógica**. Não sei se era bem isso, gente. Mas essas três **disciplinas** me marcaram muito e me **instigaram quanto futura professora**.

Sobre este processo formativo elenco dois professores que foram essenciais: Érika Quinaglia e Andrio Gatinho. A Érika lecionou a **disciplina Antropologia** que em seu plano de aula que abordou várias temáticas envolvendo as diferenças e, em algumas aulas lemos textos da Débora Diniz e outros autores que não me recordo, mas abordava a questão das pessoas com **sexo binário**. Ela também utilizou filmes, foi uma das disciplinas que mais amei. No geral, ela nos proporcionou uma visão ampla sobre esse assunto. E a contribuição do Andrio professor da pedagogia que ministrou a disciplina de **Didática em Ciências Sociais**, resultou num trabalho final. Onde nós tínhamos que construir um plano de aula que perpassasse simuladamente com a mesma turma ao longo das 3 séries do ensino médio, de modo que cada temática se ligasse a outra. E esse trabalho que realizei junto com a minha amiga Maria Souza nós abordamos a **temática Gênero**.

Se deu de **maneira contínua**. E semestre passado tive o prazer de estudar temas e autores que desenvolveram de **maneira significativa** meus conhecimentos a respeito do tema.

Respondi na resposta 7. Posso adicionar que **estagiei** em um **projeto de monitoria** que tinha como objetivo identificar o debate de gênero na disciplina e fui **bolsista PIBIC** por dois anos em um **projeto** que envolvia relações de gênero.

Estar ligada aos **movimentos sociais** me proporcionou em maioria as visões sobre **opressões**, as **disciplinas** do curso apenas uma foi abordada a fundo a questão racial que é essencial na educação, que foi Estudos afro-brasileiros.

\*Todos os grifos presentes no quadro são dos autores.

**Fonte:** Autores, 2021.

Pelos dados quantitativos, apresentados no Quadro 3 que apresenta os apontamentos de ações que os discentes julgam ser necessárias para efetivação de uma formação docente que vise a diversidade. Neste, foi possível perceber que os mesmos acreditam que há a necessidade de disciplinas e uma estrutura sistêmica que apresente o tema de forma eficaz na educação, em todos os níveis de ensino, além da inclusão de textos que fundamentem discussões pertinentes a este tema no curso, assim como o desenvolvimento de pesquisas e a própria prática profissional que propicia o desenvolvimento de saberes e experiências.

**Quadro 3 – Apontamentos necessários para formação docente**

<b>O QUE VOCÊ ACREDITA QUE FALTE EM SEU PROCESSO FORMATIVO PARA DESENVOLVER ESSA COMPETÊNCIA?</b>	
*Todos os grifos presentes no quadro são dos autores.	Falta ainda <b> muito estudo</b> , tanto sobre a questão de gênero em si, quanto ao exercício da docência em nossa sociedade. Além disso, acredito que <b> a experiência prática/profissional</b> é capaz de trazer muito <b>conhecimento</b> , algo que devo <b>adquirir com o tempo</b> .
	Falta um <b>trabalho mais sistemático</b> dentro e fora da universidade, que nos prepare para essa temática.
	Inclusão de <b>textos, exposições e conversas específicas</b> para o tema.
	Acredito que mais <b>leituras e pesquisas</b> na área.
	<b>Preparação para a prática docente</b> propriamente dita, esperava muito encontrar essa preparação em Sociologia da educação, mas não rolou.
	Estar em constante <b>debate e reflexão</b> para expor todo conhecimento adquirido.
	<b>Disciplinas</b> que abordem sobre o tema
	<b>Uma maior leitura</b> sobre o assunto, pois a cada dia surgem novos desafios que temos que enfrentar de maneira positiva e inteligente, sempre optando por <b>diálogos coerentes</b> e construtivos, em busca de uma sociedade onde haja um respeito mútuo. Por isso acredito que <b>a leitura</b> de temas que tratem de gênero e sexualidade são de fundamental importância em escolas e universidades.
	Uma <b>grade curricular</b> que fale sobre <b>direitos</b> .
	<b>Maior leitura</b> sobre, e principalmente maior <b>conhecimento prático</b> .
	Gostaria de ter trabalhado com <b>mais autoras</b> durante a minha formação dentro de sala de aula.
	O curso necessita de <b>atualização</b> de sua <b>grade bibliográfica, capacitação de professores</b> para formar alunos capazes de reconhecer e ensinar o combate à desigualdade de gênero.

Fonte: Autores, 2021.

A partir das 12 respostas que o formulário recebeu, é possível apontar que a formação dos futuros docentes de sociologia na Universidade Federal do Pará tem cumprido com as diretrizes e as legislações educacionais. Isto é, a pesquisa resultou no apontamento de que a formação docente do professor de sociologia da Universidade Federal do Pará tem tratado da diversidade de modo geral e da diversidade e desigualdade de gênero em específico, como um tema transversal nas disciplinas do curso. Além disso, as/os estudantes apontaram uma demanda por uma disciplina que tratasse especificamente da questão de gênero, algo que a Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, a partir de 2021, acabou por incluir em seu novo Projeto Político Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Diante da complexidade do tema, nos propomos a uma última análise, em que a falas dos participantes serão sistematizadas em uma “nuvem de palavras”, como apresentado na figura a seguir.



preparado para problematizar a exclusão não apenas como disciplina, mas como um ato ativo de inclusão escolar.

Pavan (2013) ao pesquisar sobre exclusão escolar, aponta que o problema não está no professor, mas deve ser analisado o processo formativo dos profissionais da educação. Visto que, há uma dimensão política na ação docente, tendo o controle sobre a prática pedagógica ocasiona uma proletarianização e a desqualificação do profissional da educação. A partir da redemocratização, o processo educacional buscou pedagogia mais crítica, mas apenas em 1990 que as pautas culturais e de exclusão foram adicionadas na educação básica. Em 1997, o Ministério da Educação, por meio do Parâmetros Curriculares Nacionais, implementou a pluralidade cultural como tema transversal na formação do profissional da educação. Contudo, a teoria não se manifestou na prática, isso é, não se tinha uma construção coletiva sobre a pluralidade cultural nos programas de formação docente na época, sendo recente a inclusão desse debate no currículo de formação docente.

Os interlocutores apontam para urgência de um ensino que faça refletir a prática pedagógica e não somente o conhecimento pelo conhecimento em suas aulas. Sendo assim, o currículo na formação inicial de professores/as de sociologia, precisa ser revisto. A fim de que seja efetivada uma formação contínua e significativa, estando em constante relação com discussões que favoreçam a compreensão prática da docência.

Ao analisarmos os dados apresentados anteriormente, identificamos que a participação em estágios, projetos de ensino, pesquisa e extensão, além também do engajamento político com os movimentos sociais, favorecem o processo formativo dos futuros professores/as de sociologia na educação básica. Sendo necessário o aprofundamento do estudo crítico sobre a diversidade cultural, desigualdade social e a exclusão dos grupos marginalizados no currículo da formação de professores/as, propondo assim uma perspectiva educacional crítica que busque mais do que avaliações padronizadas e que reproduzam as relações sociais hegemônicas, mas que abordem de forma crítica e ativa essas questões (PAVAN, 2013).

A exigência de um currículo sistemático está atrelada a necessidade de que os/as estudantes compreendam como esse processo formativo se dará, para sim terem a compreensão de como os textos e leituras exigidas na universidade poderão favorecer a sua formação para a docência no que diz respeito à diversidade de gênero na educação básica. Esta nova proposta curricular não deve negar a pluralidade sexual e de gênero existente na sociedade, sendo necessário a busca por igualdade de gênero e respeito a diversidade sexual no aspecto legal na

educação básica pernambucana, mas que nem sempre reflete na realidade escolar (SANTOS; LAGE, 2017).

Para Lins, Machado e Escoura (2016), a escola deve ser um campo de superação de todos os tipos de violências e opressões, sendo necessário a abertura para conflitos. Pois diante do silenciamento existente em muitas escolas quanto a discussão sobre gênero na escola, ela acabou se tornando um espaço reprodutor das desigualdades sociais. Estas desigualdades dentro da escola, precisam preocupar todos os envolvidos com sua execução, visto que elas ainda se apresentam hoje com a condição salarial inferior para mulheres e funções determinantes de que a mulher deva trabalhar em casa, além de muitas vezes desenvolver jornada dupla de trabalho. As autoras também apontam a necessidade de uma formação continuada para todos os profissionais da Educação, a fim de se possa construir debates com alunos e a comunidade escolar a respeito do tema, contribuindo com a compreensão sobre diversidade e as questões de gênero, propondo assim a construção de uma educação acolhedora e receptiva a diversidade de gênero.

A pesquisa pode apresentar também a necessidade de que tanto a academia quanto a sociedade tratem esta temática com muita seriedade, como mostra Caroline Cardoso, Leonardo Figueiredo e Kleberson Albuquerque (2021) que apresentam a profundidade e diversidade na construção das relações sociais humanas. Pois há muito para se compreender e debater a esse respeito, por isso é tão importante persistir nesta discussão. Da mesma sorte, pelo fato que a escola é compreendida como um espaço de inclusão social, há a necessidade de reconhecer que os educadores possuem um papel fundamental quando engajados nesta transformação. Assim a desigualdade de gênero que está estreitamente vinculada às demais formas de opressão que fundamentam o sistema em que vivemos, precisa encontrar na escola um espaço de ruptura com a reprodução destas desigualdades. Sendo necessário discutir e refletir sobre a temática, a fim que seja possível desnaturalizar alguns discursos e estimular mudanças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo o número de pessoas que responderam ao questionário não representar expressiva porcentagem entre a totalidade dos universitários de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, a partir das 12 respostas que o formulário recebeu, é possível apontar que a formação dos futuros docentes de sociologia na Universidade Federal do Pará tem cumprido com as diretrizes e as legislações educacionais. Isto é, tem tratado da

diversidade de modo geral e da diversidade e desigualdade de gênero em específico, como um tema transversal nas disciplinas do curso. Todavia, apontam uma certa insatisfação quanto a ausência de uma disciplina que trate especificamente da questão. Tal insatisfação pretende ter o início de seu fim no ano de 2021, pois passará a ter uma disciplina que trate especificamente sobre gênero no Projeto Político Curricular (PPC) do curso.

Por fim, compreendemos que os futuros professores de sociologia que estudam na UFPA percebem a presença de Políticas Educacionais que abordam questões de gênero e diversidade dentro de sua formação inicial docente. Desta forma, diante da maioria que aponta a presença de discussões que tenham a temática de gênero na educação, também é presente o discurso de que a educação se apresenta como parte de uma sociedade que é desigual, carecendo assim a defesa de uma proposta pedagógica de intervenção nestas questões, ela somente reproduzirá as injustiças, violências e desigualdade já existentes.

O debate sobre gênero existe no curso, no entanto na grande maioria das vezes ocorre apenas nas disciplinas de antropologia e educação, mas sem aprofundar e refletir uma competência para adotar em sua prática como futuros professores de sociologia. Precisando driblar ideias conspiratórias, onde muitas vezes os professores, principalmente de sociologia, são vistos como doutrinadores, no entanto os professores não desejam doutrinar ninguém, mas todos precisam se comprometer com um mundo mais plural e igualitário.

Diante destes dados da etapa quantitativa da pesquisa, a investigação agora irá se desdobrar em uma etapa qualitativa com a entrevista de estudantes por meio de um grupo focal para aprofundar as questões sobre o significado de estar ou não apto a respeito do desenvolvimento de um ambiente favorável ao respeito a liberdade, diversidade e a temática de gênero não apenas quanto ao conhecimento teórico mais também prático nas futuras salas de aula dos universitários que responderam ao questionário. Além disso, averiguaremos sobre os possíveis caminhos para este/a futuro/a profissional docente buscará para sanar as faltas relacionadas aqui em seu processo formativo numa possível formação continuada.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJpMfsj5pSxPx/?lang=pt>. Acesso: 20 de agosto de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução CEB/CNE Nº 2, de 02 de janeiro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio**. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso: 20 fev./2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Lex: Diário oficial da União. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 de mar de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. LEI Nº 13.005. **Plano Nacional de Educação**, de 25 de junho de 2014. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Edição Extra, p. 1 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso: 20 de fev./2021.

CARDOSO, Caroline; FIGUEIREDO, Leonardo; ALBUQUERQUE, Kleberon Almeida de. **Resenha Gênero e desigualdade na escola: por uma educação emancipadora**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed, 04, vol. 08, pág. 154-167, 2021. ISSN: 2448-0959. Doi: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/educacao-emancipadora. Disponível: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/educacao-emancipadora>> Acesso em: 01 de jun de 2021.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Currículo e formação docente no curso de ciências sociais/ufpa**. Tese de doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. 2013. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2010/eixo\\_13/e13-32.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_13/e13-32.pdf)>. Acesso: 17 de setembro de 2020.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **As políticas educacionais do Brasil: a (in) visibilidade da sexualidade e das relações de gênero**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 7, n. 1, p. 28-37, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6202691>>. Acesso: 15 de setembro de 2019.

LINS, Beatriz Accioly. MACHADO, Bernardo Fonseca. ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LIMA, Paulo Gomes. **A diversidade nas políticas educacionais no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 23, p. 27-42, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p27-42>. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6198>> . Acesso: 23 de novembro de 2019.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. São Paulo: Unesp, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Deslandes S.F.; Gomes R.; Minayo M.C.S. (organizadores). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes; 2016. p. 56-71.

PAVAN, Ruth. **Diversidade cultural, desigualdade e exclusão: um encontro com professores da Educação Básica**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), v. 13, p. 707-723, 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.10217>. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8357>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

SANTOS, Emerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. **Gênero e Diversidade Sexual na Educação Básica: Um olhar sobre o componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco**. Revista Tempos e Espaços em Educação (Online), v. 10, p. 69, 2017. Doi: <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6042>. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6042>>. Acesso: 03 de março de 2020.